

Colégio Estadual Rubens Farrulla
História
Professor Luís Fernando
Terceiro Ano do Ensino Médio



FORMAÇÃO SOCIOECONÔMICA E POLÍTICA DA SOCIEDADE BRASILEIRA APÓS 1955

Parte 1

A abertura política e as conquistas sociais



Conteúdo Programático desta aula

- O Governo de Juscelino Kubitschek
- O Governo de Jânio Quadros
- O Governo de João Goulart
- O Governo Militar



O GOVERNO DE JUSCELINO

KUBITSCHKEK

(1956 - 1961)



O processo de industrialização promovido por Juscelino Kubitschek estava apoiado no capital privado nacional e estrangeiro e nas empresas do governo.

JK, como era chamado, utilizou o planejamento econômico, sistema adotado com sucesso na Rússia desde os anos 30, como ferramenta para obter um desenvolvimento industrial acelerado e organizado.

Dentre os três vetores de sustentação de sua política, ao contrário do que fora defendido pelo governo Vargas, a aceitação do capital externo representava o principal ponto de apoio de sua política.

Nesse processo, o Brasil passou a atrair, a partir de 1956, empresas multinacionais do mundo inteiro.

Os principais ramos industriais se transformaram em setores oligopolistas, onde um pequeno número de grandes empresas domina o mercado.

A influência das empresas multinacionais passou a ser uma realidade na produção industrial brasileira.

O Plano de Metas estimulou em muito o Programa de Substituição de Importações - PSI, com significativo incremento à nossa industrialização, especialmente no setor de bens de consumo duráveis e de bens de capital, como energia, transporte, siderurgia, refino de petróleo, máquinas, ferramentas e elétrico pesado.

A consequência de toda essa mudança na economia brasileira fez com que o crescimento do Produto Interno Bruto passasse a estar diretamente vinculado ao crescimento da produção industrial, o que até então não ocorria, pois o Brasil era um país agrícola.

Assim, o nível dos investimentos passou a ser a variável fundamental para explicar a nova realidade econômica implantada em nosso país.

Há que ressaltar que JK, ao colocar em prática o slogan "50 anos em 5", através da utilização do capital estrangeiro, do financiamento dos gastos público e privado, e da expansão dos meios de crédito através do BNDES, colaborou decisivamente para a elevação do valor da dívida externa e das taxas de inflação no país, taxas essas que se manteriam muito elevadas durante os próximos quarenta anos.

O GOVERNO DE JÂNIO QUADROS (1961)



Jânio Quadros foi eleito com pouco mais de 6 milhões de votos para suceder Juscelino Kubitschek, tendo como vice João Goulart .

Seu breve governo caracterizou-se pela falta de uma política interna consistente e, na área externa, pela aproximação aos países do bloco socialista.

Nesse sentido, iniciou o processo de restabelecimento de relações diplomáticas com a União Soviética, enviou seu vice João Goulart em missão oficial à China, criticou a política norte americana em relação à Cuba e condecorou o revolucionário Ernesto " Che" Guevara com a ordem do Cruzeiro do Sul, a mais relevante medalha nacional.

Para surpresa do país, em 25 de agosto de 1961, alegando forças ocultas Jânio Quadros renunciou.

Até hoje não se sabe as reais intenções de Jânio ao renunciar. Se seu desejo foi tentar um golpe em que voltaria ao cargo com mais poderes, não conseguiu pois sua decisão foi aceita pacificamente pelo Congresso Nacional e pelas Forças Armadas.

Pela Constituição o vice João Goulart, que estava em visita à China, assumiria a presidência do país.

Pelos rumos do governo Jânio, essa a alternativa encontrava resistência, principalmente dos militares.

O GOVERNO DE JOÃO
GOULART
(1961 - 1964)



A solução encontrada para que os militares aceitassem Jango na presidência foi o parlamentarismo.

Entre setembro de 1961 e janeiro de 1963, o Brasil foi parlamentarista. Ou seja: Jango seria o presidente mas o governo de fato seria exercido por um primeiro ministro.

Essa experiência durou pouco tempo pois foi implantada de forma artificial e num momento de grandes dificuldades econômicas e políticas.

As discussões das reformas de base propostas por Jango e as contundentes promessas proferidas no comício da Central do Brasil, em 13 de março de 1964, de reforma agrária e a menção de uma futura reforma urbana, além da iminente possibilidade de aumento da taxaço das camadas mais ricas da população, assustaram as elites, a classe média e as Forças Armadas, fazendo com que ocorresse uma das maiores mobilizações políticas na sociedade brasileira.

A resposta imediata contrária ao comício de 13 de março ocorreu, em São Paulo, com a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, a qual foi seguida de outras manifestações semelhantes em diversas cidades do país.

Não bastando as repercussões do discurso de Jango, ocorreu a revolta dos marinheiros no Rio de Janeiro, colocando em xeque a disciplina nas Forças Armadas. Era o que faltava para o golpe militar de 1964.

O GOVERNO MILITAR (1964 - 1985)



Por longos 21 anos o Brasil foi governado por uma ditadura militar.

A princípio, estava prevista a instalação de um governo provisório e futura eleição de um presidente civil e a volta da normalidade democrática, o que não ocorreu. Nesse período, foram decretados cinco Atos Institucionais, com perdas crescentes dos direitos constitucionais, como o “habeas corpus” e a censura à imprensa.

O Congresso foi fechado, reduziram-se a dois o número de partidos políticos (Aliança Renovadora Nacional - ARENA, da situação e MDB - Movimento Democrático Brasileiro, da oposição consentida) e foi deflagrada a luta armada, onde sequestros políticos, desaparecimentos e torturas passaram a fazer parte da vida nacional.

Na tentativa de estabilizar a economia e lançar as bases para a retomada do crescimento, foi elaborado o PAEG - Plano de Ação Econômica do Governo, apoiado numa política de forte arrocho salarial e na instituição da correção monetária.

Foi durante a ditadura militar que a economia nacional apresentou, de 1968 a 1973, taxas de crescimento surpreendentes.

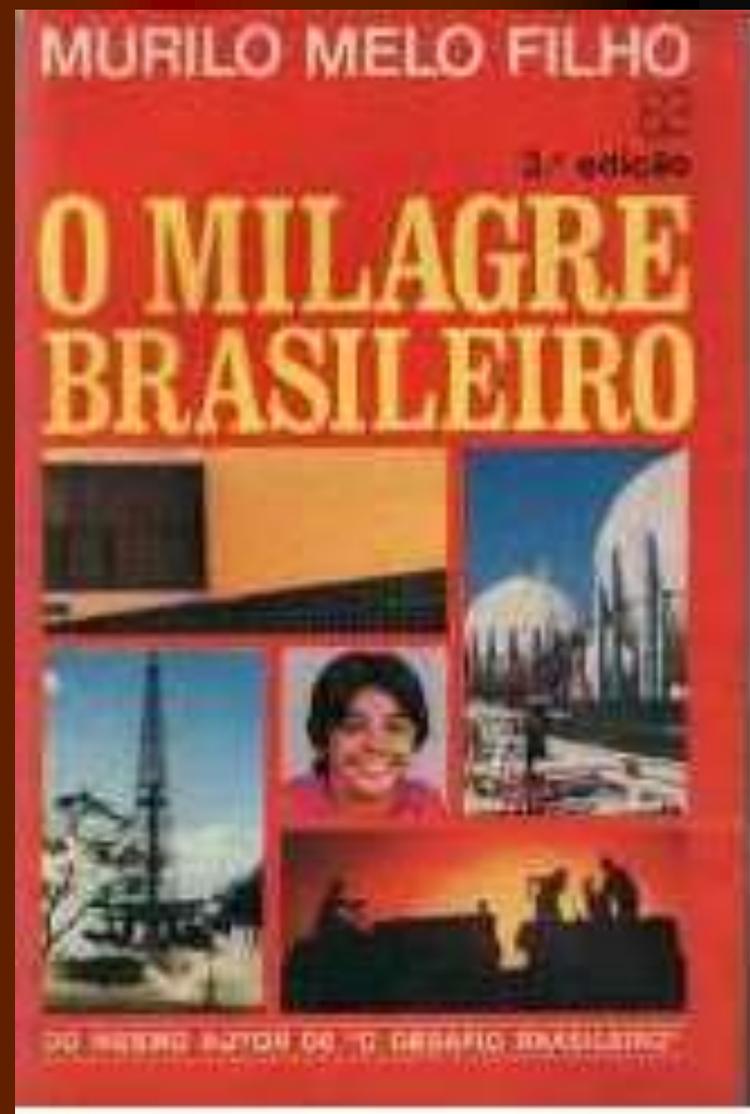
1969/1973 - O MILAGRE ECONÔMICO

Período de intenso crescimento econômico e de grande endividamento.

O PIB do Brasil cresceu acima de 10% ao ano, em média, apesar da inflação, que oscilou entre 15% e 20% ao ano,

Grande concentração de renda, com redução dos salários reais

Acentuação da desigualdade social e aumento da pobreza, com cerceamento às liberdades individuais associado à repressão política



1969/1973 - O MILAGRE ECONÔMICO

1970: Renda
50% = 14,91
30% = 22,85
15% = 27,38
05% = 34,86

Supermercados

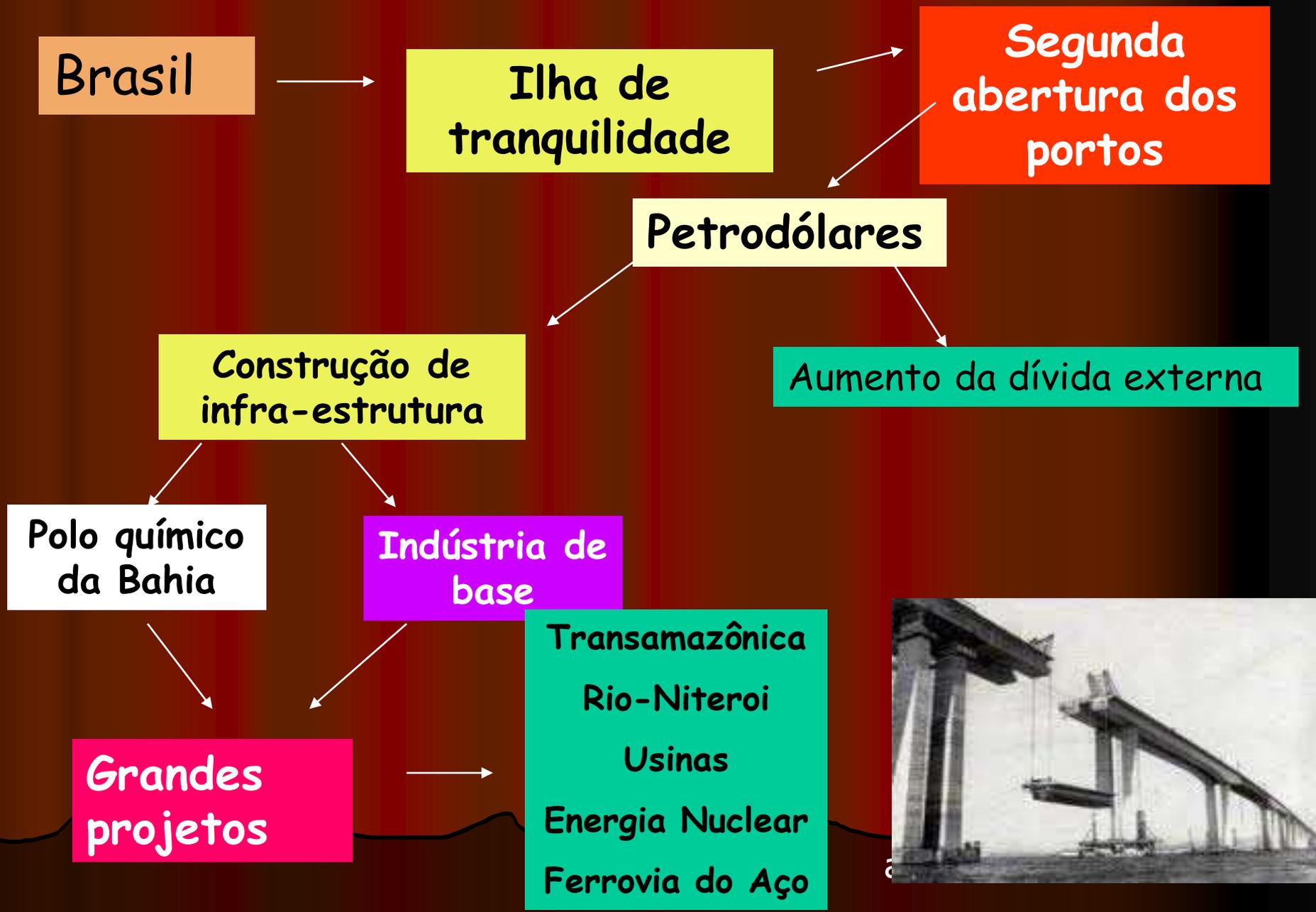
Shoppings

Indústria-----mercadoria -
----- consumidor

Repressão X euforia dos
consumidores

Ideologia: **Brasil, ame-o ou
deixe-o**
**Ninguém segura
este país.**



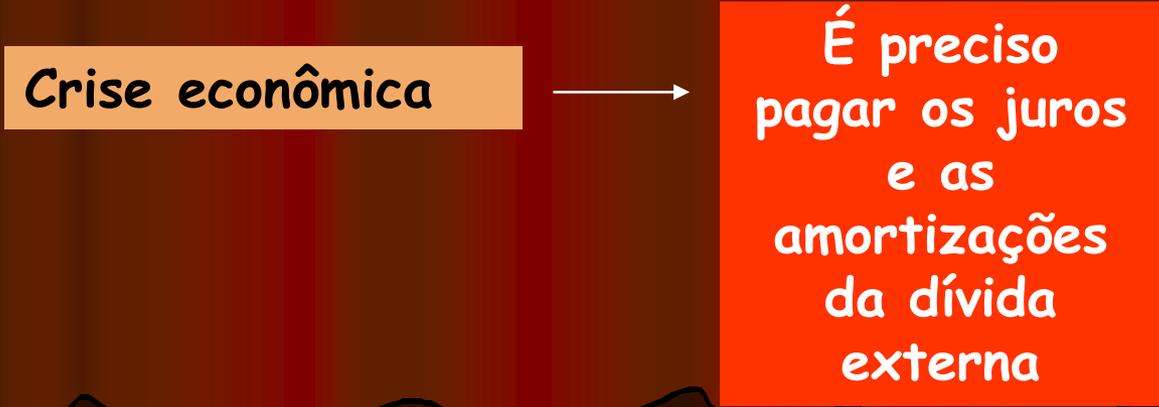
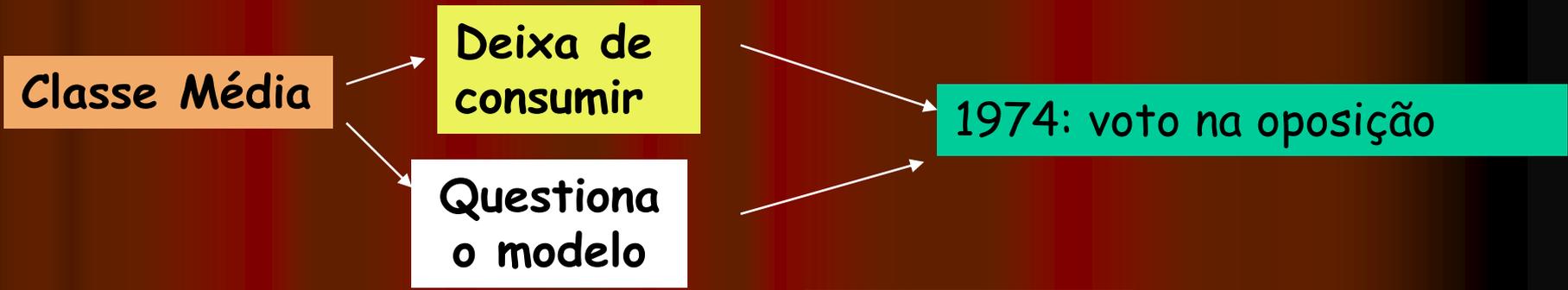


Esse período de elevadas taxas de crescimento econômico ficou conhecido como o *Milagre Econômico Brasileiro*, interrompido com a crise internacional do petróleo, cujo preço por barril passou de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em 3 meses.

Apesar da força comum a um governo militar, o crescimento econômico verificado, entretanto, não gerou o desenvolvimento econômico esperado, uma vez que a concentração de renda acentuou-se no período.

1973-1978 -A crise: o fim do "milagre"





Crise econômica

Incentivar o latifúndio : “exportar é o que importa”

incentivos fiscais: isenção de impostos

Mão de obra barata: “bóias-frias”

Destruição da pequena propriedade que produzia alimentos para o mercado interno: êxodo rural

Aumento do preço dos alimentos

Importação de alimentos: aumento da dívida

Agricultura

Indústria

Isenção de impostos para exportação

Começa a faltar dinheiro para o Estado

Políticas sociais são afetadas

Crise econômica

Fabricar dinheiro: inflação

Aumento de imposto da classe média:

Letras do Tesouro e ORTN para os ricos comprarem. O rico só compra com juros altos: aumenta a dívida interna

Temos que pagar a dívida externa e a dívida interna

Emprestar mais para pagar juros da dívida externa

Jogar mais letras do Tesouro no mercado

Círculo financeiro da especulação

Cigarro.

Energia elétrica

Imposto de renda

Solução

Solução